

Agenda Estadual do

Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Roraima

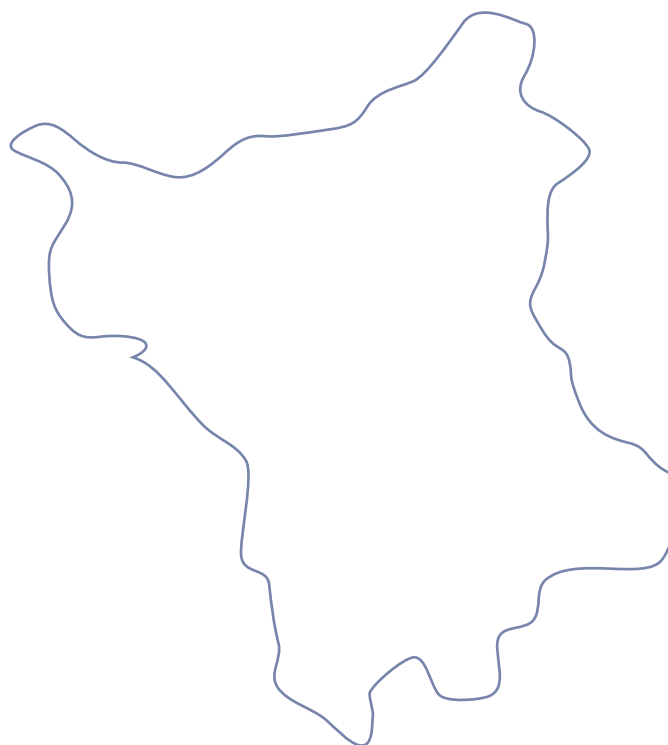


Brasília
Março, 2024

Agenda Estadual do

Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Roraima



Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Roraima
Agenda Estadual do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – Roraima

Presidente: Ademir Dos Santos

Vice-presidentes: 1º– Jadir Correa Da Costa, 2º– Francisco Jorge Neto

Vice-presidentes Administrativo: 1º– João Clineu Lima Da Silva, 2º– Antônio Boni, 3º– José Maria Cruz Tupinambá

Vice-presidentes Financeiro: 1º– Hervi Biancardi Alves, 2º– José Carlos Aranha Rodrigues, 3º– Francisco Edmar De Souza

Diretores: Veronildo Da Silva Holanda, Tereza De Jesus Mota De Macedo Silva, Antônio Ferreira De Araújo

Diretores Suplentes: Maristela da Silva Machado, Luiz Geraldo Távora Araújo, Laércio Furtado Ferreira, Gilvan Farias Lima, Carlos César Gomes, Leoni Beatriz de Siqueira, Maria das Graças Gama de Oliveira, José da Silva Costa, Elias Moraes de Aguiar, Jeanne Fernandes Meira da Silva, Francinete Amaro da Silva Santos, Maristele Pereira da Silva, Gabriel Alessander Coelho Maranhão

Conselho fiscal: Ailton Martins Dos Santos, Hilda Lilianny Maia Barbosa De Araújo, Evandro Do Vale Bezerra

Conselho fiscal - Suplentes: João Derli dos Santos Peres, Sandra Maria Thome Silva, Cícero Fernandes

Delegados Representantes junto à CNC: Ademir dos Santos, Jadir Correa da Costa

Delegados Representantes junto à CNC - Suplentes: Hervi Biancardi Alves, Francisco Jorge Neto

1ª edição 2023 | 2ª edição 2024

Redação técnica: Fecomércio-RR, CNC e Departamentos Nacionais do Sesc e do Senac

Capa e diagramação: Gecom/CNC

Revisão: Daniel Dutra

F293

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Roraima
Agenda Estadual do Comércio de Bens Serviços e Turismo: Roraima
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Roraima.
– 2. ed. – Rio de Janeiro: Fecomércio-RR, 2024.
9 p. : il. : color.

1. Gestão Pública. 2. Tributos 3. Infraestrutura 4. Comércio 5. Turismo
6. Roraima I. Título.

CDD 351

Sumário

Apresentação.....	4
Somando esforços.....	5
Introdução.....	6
Caminho para o desenvolvimento.....	7
Ambiente de negócios	8
Legislação tributária - ICMS e RICMS	9
Relações internacionais	9
Área de Livre Comércio (ALCs) de Boa Vista e Bonfim	10
Infraestrutura/Transporte	11
Pavimentação e Manutenção de Rodovias	11
Controle Aduaneiro.....	12
Segurança pública.....	12
Energia	12
Internet	13
Incentivo às empresas locais.....	13
Turismo	14
Tecnologia e inovação.....	14



Apresentação

Somando esforços

O segmento que é um dos pilares da economia brasileira, gerador de milhões de empregos e responsável por aproximadamente um terço do nosso Produto Interno Bruto (PIB) defende um Brasil melhor e com oportunidades para todos.

É o propósito que motiva a construção deste documento: uma agenda propositiva e permanente para balizar o desenvolvimento do país e o bem-estar dos brasileiros.

A Agenda Institucional do Sistema Comércio contempla uma série de pautas importantes para impulsionar o setor terciário em seus diferentes níveis. Ela nasce de um amplo diálogo que envolve empresários, trabalhadores, o poder público, a sociedade e seus representantes.

Queremos que as ideias e recomendações expressas neste documento ganhem visibilidade e repercutam no espectro político-econômico. São contribuições fundamentadas na representatividade de quase oito décadas do Sistema Comércio, que é liderado pela CNC e composto por Federações, Sindicatos e nossos braços sociais para educação, cultura, lazer, assistência, saúde e sustentabilidade – o Sesc e o Senac.

No âmbito local, a construção dessas propostas é liderada pela Federação do Comércio, à qual cabe articular as demandas do empresariado e fortalecer o ambiente de negócios, buscando condições justas de trabalho e que favoreçam o desenvolvimento sustentável.

O Comércio de Bens, Serviços e Turismo se destaca por sua abrangência e seu dinamismo. Abrange, ao mesmo tempo, atividades tradicionais e de alta tecnologia. E tem se diversificado cada vez mais, atendendo às demandas complexas e em constante transformação da sociedade moderna.

Ainda enfrentamos uma série de desafios. Precisamos melhorar a infraestrutura, investir na qualidade dos serviços, aperfeiçoar os mecanismos regulatórios. E esta Agenda é um instrumento essencial para alcançar esses objetivos.

Em seu conjunto de propostas estão demandas comuns a todos os entes federativos e temas que contemplam as particularidades regionais.

Estamos dispostos ao diálogo, empenhados em estimular o desenvolvimento, a atividade empreendedora e a redução das desigualdades.

Queremos somar esforços pelo país que todos sonhamos.

José Roberto Tadros

Presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac

Ademir dos Santos

Presidente do Sistema Fecomércio-Sesc-Senac de Roraima



José
Roberto
Tadros



Ademir
dos Santos



Introdução

Caminho para o desenvolvimento

O presente documento apresenta, nas próximas páginas, a Agenda Institucional do Sistema Comércio em Roraima, um plano de atuação que traz um conjunto de propostas consolidado pela Federação do Comércio para nortear a formulação de políticas públicas que fortaleçam o empresariado local e respondam aos anseios da população.

Os levantamentos econômicos mais recentes mostram que o estado possui 37.030 estabelecimentos, dos quais 15.719 são voltados para o Comércio, 16.124 para o segmento de Serviços e Turismo. Os demais ficam por conta da Agropecuária, com 383, e da Indústria, com 2.609 unidades e Construção, com 2.182 unidades.

A participação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo no Valor Adicionado Bruto (VAB) do estado foi de 39,0%, assim distribuídos: Serviços, 18,3%; Comércio, 15,4%; e Turismo, 5,4%. A Agropecuária e a Indústria somaram 17,0% no VAB, enquanto que a Administração Pública fica com 44,0%.

A análise desses dados e os movimentos concretos das políticas públicas para o desenvolvimento regional resultarão em colheitas generosas no futuro próximo. Nesta publicação mostramos as principais dificuldades enfrentadas por cada setor para empreender no estado e, mais importante, as suas soluções, que visam impulsionar o crescimento e promover melhorias em educação, infraestrutura e serviços públicos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

As Agendas Estaduais são instrumentos estratégicos que marcam a mobilização nacional do Sistema Comércio em favor do país. Por meio do engajamento das Federações e dos Sindicatos, com o apoio institucional do Sesc e do Senac, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) realizou várias plenárias virtuais e encontros regionais para levantar temas de interesse e as principais necessidades dos setores sob o olhar do empresário do setor terciário.

Graças a essa ação conjunta, foi possível reunir lideranças sindicais e empresariais para compreender as demandas e realidades de cada estado, aprofundando o diálogo e contribuindo para a construção de propostas robustas.

As análises dos planos de governo e das políticas públicas locais foram etapas fundamentais na elaboração deste documento, demonstrando nosso compromisso com a busca de soluções eficazes junto aos integrantes dos poderes executivo e legislativo.

Em 2023, fruto dessa construção coletiva e colaborativa do Sistema Comércio, a Agenda Institucional do Sistema Comércio foi entregue ao vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, em um evento no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), em Brasília (DF), que reuniu mais de 800 convidados, incluindo 115 parlamentares federais, além de empresários, lideranças sindicais e presidentes de todas as Federações do país, entre elas as Fecomércios, Fenacon, Fenaqvist, Fecomercíveis, Fenacor, Feaduaneiros, Febrac e FBHA.

Neste ano, queremos avançar ainda mais como protagonistas do desenvolvimento social e econômico, reafirmando nosso compromisso de contribuir para a formulação de políticas públicas que favoreçam o bem-estar, o crescimento, a geração de emprego e renda.

O Sistema Comércio, ciente das suas responsabilidades e fiel à sua bem-sucedida trajetória de quase oito décadas, segue trabalhando incansavelmente e de forma integrada pelo Brasil e pelos brasileiros.

Saiba mais
sobre a
atuação do
**Sistema
Comércio
no estado**





Ambiente de negócios

Legislação tributária - ICMS e RICMS

Contextualização:

O Governo de Roraima apresentou, em dezembro de 2022, a lei que alterou a alíquota de ICMS, com aumento de 17% para 20%. Aprovada pela Assembleia Legislativa do estado, essa mudança começou a valer a partir de 1º de abril de 2023, impactando negativamente tanto os empresários locais quanto a população, que foi obrigada a pagar mais caro pelas mercadorias consumidas localmente.

Posicionamento:

Apresentamos a seguir sugestões no intuito de retornar a carga tributária anterior ao aumento aprovado, bem como sugerimos o ajuste em limites e a simplificação no sistema tributário estadual, a fim de estimular o crescimento econômico e a geração de emprego e renda no estado:

- *Redução gradativa da alíquota base do ICMS de Roraima, caindo para 19% em 2025; 18% em 2026; e 17% em 2027;*
- *Aumento do teto do faturamento do Simples, MEI e MPes.*
- *Da mesma forma, somos favoráveis a uma reforma tributária estadual ampla e, como sugestão, propomos a criação de uma cartilha educativa aos empresários sobre os diferentes tipos de tributação.*

Relações internacionais

Contextualização:

Roraima exportou cerca de US\$ 370 milhões em 2023, registrando o segundo maior valor em toda a série histórica, em 1997 - Venezuela, China e Guiana são os principais mercados. Contudo, o estado se comporta apenas como entreposto comercial, comprando as mercadorias industrializadas de outros estados e revendendo para o mercado internacional. Com a criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Boa Vista e a implantação do parque industrial, Roraima poderá industrializar os produtos e os bens consumidos, gerando valor agregado e aumentando a oferta de empregos.

Guiana: Roraima tem uma localização estratégica, e existe grande fluxo de pessoas e veículos, o que movimenta o comércio e o turismo, mas existe uma limitação para entrada de veículos brasileiros nos dois países, e a falta de uma regulamentação do transporte de cargas e passageiros dificulta o acesso de brasileiros e estrangeiros. Venezuela: a crise política e econômica no país vizinho reflete na economia e no social em Roraima. O estado que faz fronteira com a Venezuela continua recebendo todos os dias imigrantes que fogem das dificuldades no seu país e vêm para o Brasil em busca de oportunidades.

Posicionamento:

Sugerimos buscar a implantação da ZPE para fortalecer o parque industrial com geração de novos empregos, incentivando o comércio, bem como articular junto aos governos do Brasil e da Guiana a viabilização da pavimentação da estrada Lethem-Linden, além da construção de um porto de águas profundas em New Amsterdam. E mais: desenvolver e articular ações com o governo federal para melhoria dos acordos bilaterais com Venezuela e Guiana, em especial no que diz respeito ao transporte de cargas e passageiros, incentivando o comércio e o turismo entre os países; bem como desenvolver ações junto ao governo federal visando minimizar a situação da migração, de modo a dar continuidade na Operação Acolhida, em especial para a Venezuela, que contribui consideravelmente para o desemprego da população local, onerando o sistema de saúde, a rede de ensino e a segurança pública.

Áreas de Livre Comércio (ALCs) de Boa Vista e Bonfim

Contextualização:

A Área de Livre Comércio em Boa Vista foi implantada em 2008. Antes da ALC, segundo dados da junta comercial, a criação média era de 919 novas empresas por ano. Depois da implementação da ALC, esse número saltou para 1.790 novas empresas por ano, quase o dobro do que se tinha antes dos incentivos fiscais.

Hoje, já são mais de 15 mil empresas só do setor do comércio, o que representa 42% das empresas atualmente ativas em Roraima.

Na reforma tributária de 2023, um dos textos estava mantendo os benefícios da Zona Franca de Manaus, enquanto o outro determinava a exclusão dos benefícios fiscais concedidos em outras unidades da Federação, casos de Roraima, Rondônia, Acre e Amapá. Se o texto não citar a manutenção dos benefícios tributários nas Áreas de Livre Comércio, e se isso não for resolvido no âmbito político, os impactos serão negativos para a economia de Roraima.

Posicionamento:

Na regulamentação da reforma tributária em 2024, sugerimos manter de forma claro no texto na PEC a manutenção dos benefícios fiscais para as Áreas de Livre Comércio em todo o País e com isso garantir os mesmos incentivos da Zona Franca de Manaus para os empresários de Boa Vista e Bonfim. Vale destacar que o comércio na Guiana cresce a cada dia, e é importante promover um ambiente favorável aos seu crescimento, fortalecimento e competitividade.

Infraestrutura/Transporte

Contextualização:

A BR-174, principal rodovia federal de Roraima, precisa ser restaurada urgentemente e, em alguns trechos, receber obras de duplicação, pois a situação atual prejudica o transporte de cargas e passageiros. Falta manutenção também nas rodovias estaduais e municipais. Pontes de madeira e de concreto nas estradas roraimenses devem ser substituídas e ampliadas para evitar prejuízos ao comércio e ao turismo.

O bloqueio da BR-174 na reserva indígena Waimiri Atroari, das 18h30 às 5h30, prejudica o comércio. Caminhões com cargas perecíveis podem entrar até as 22h, e não há proibição de passagem para ambulâncias, carros de autoridades públicas, ônibus de passageiros ou qualquer outro veículo em situação de emergência. A existência de correntes e controle na BR-174 é alvo de um processo que tramita há 16 anos.

Posicionamento:

Sugerimos a recuperação das estradas vicinais e a criação de projetos para construção de pontes de concreto, substituindo as de madeira, que causam prejuízos para o comércio e o turismo, além de retirar a corrente no posto de fiscalização que compreende o trecho da terra indígena Waimiri Atroari, que abrange o norte do Amazonas e o Estado de Roraima

Pavimentação e Manutenção de Rodovias

Contextualização:

A BR-319, oficialmente Rodovia Álvaro Maia, mais conhecida como Rodovia Manaus-Porto Velho, tem grande importância para a Região Norte, ligando os Estados do Amazonas e Roraima ao restante do País. A rodovia federal possui mais 800 km² e foi construída na década de 1970. Devido à falta de manutenção, diversos de seus trechos se tornaram intrafegáveis.

Em 2023, a seca histórica que afetou o Amazonas teve impacto no comércio. A forte estiagem dificultou a navegação e o transporte de cargas, encarecendo o frete e aumentando o tempo de entrega de produtos e insumos para os Estados do Amazonas e Roraima.

Posicionamento:

Sugerimos a inclusão de pavimentação e manutenção de toda a BR 319, e não apenas do trecho do meio da BR-319 - entre o 177,8 e o km 655,7 -, considerado o mais crítico, previsto do projeto de lei que cria o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) 2024-202.

Controle Aduaneiro

Contextualização:

Atualmente, nas fronteiras com a Guiana e a Venezuela, muitos veículos passam sem fiscalização. O posto de fiscalização do Jundiá, na divisa com o Amazonas, necessita de atenção redobrada e um trabalho em conjunto com instituições estaduais e federais.

Posicionamento:

Sugerimos a melhora do controle aduaneiro em Roraima, com equipamentos e tecnologias capazes de garantir a segurança, a agilidade e o cumprimento dos requisitos necessários para as operações de comércio interno e externo.

Segurança pública

Contextualização:

Com o aumento populacional, principalmente por conta da imigração, os índices de violência também aumentaram nas áreas comerciais em Roraima. Falta um policiamento mais ostensivo nos centros comerciais da capital e do interior.

Posicionamento:

Ampliação do policiamento ostensivo da segurança pública, com monitoramento nas áreas de grande fluxo, principalmente nos centros comerciais de Boa Vista e do interior do estado.

Energia

Contextualização:

Roraima é o único estado brasileiro que não está ligado no Sistema Nacional de Energia, e a falta de uma energia confiável e estável não prejudica e atrapalha apenas o setor do comércio. É, também, um problema que dificulta o desenvolvimento do Estado de Roraima.

Posicionamento:

Sugerimos o desenvolvimento de ações com o governo federal para interligar o Estado de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN), de energia elétrica e o incentivo à geração de energia limpa.

Internet

Contextualização:

Os usuários de internet em Roraima dependem exclusivamente de um cabo de fibra óptica subterrâneo que vem do Amazonas. Todas as operadoras utilizam o mesmo cabo, e quando ele rompe, o que acontece com muita frequência, o estado todo fica sem internet. Prejuízo para comércio, serviço, atendimentos bancários e toda a população.

Em 2023, a Empresa Administradora da Faixa (EAF), responsável pela implementação da Infovia 04, do Programa Norte Conectado, que vai trazer para Roraima os cabos de fibra óptica da Internet 5G, informou que a obra para o estado setentrional do País vai atrasar, pois faltou a licença ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O compromisso de construção das infovias subfluviais é parte das obrigações assumidas pelas teles no leilão de 5G.

A rede subfluvial de mais de 500 km ligará as cidades de Vila de Moura (AM), Santa Maria do Boiaçu (RR), Caracaraí (RR), Iracema (RR), Mucajaí (RR), terminando em Boa Vista (RR), pelos Rios Negro e Branco e levará internet de altíssima qualidade.

O Programa Norte Conectado prevê a instalação da Infovia Estadual de Roraima para levar internet às cidades de Amajari, Boa Vista, Bonfim, Caracaraí, Iracema, Mucajaí, Pacaraima, Rorainópolis e Vila Novo Paraíso.

Posicionamento:

Sugerimos o diálogo para liberação imediata da licença ambiental para o Programa Norte Conectado ser implantado em Roraima, conforme o projeto do governo federal. Indicamos a criação de uma comissão para acompanhar os trabalhos e garantir a inclusão digital aos moradores das cidades do extremo Norte brasileiro.

Sugerimos, também, buscar possibilidades regulamentares para que as empresas de telecomunicações melhorem a cobertura e a qualidade dos sistemas de comunicação em Roraima, em especial da internet, buscando alternativa com os países que fazem fronteira com Roraima. Recomendamos, ainda, ampliar o serviço de Wi-Fi nos atrativos turísticos públicos do estado.

Incentivo às empresas locais

Contextualização:

A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) tem por objetivos modernizar e conferir mais celeridade às licitações, desburocratizando os processos, além de garantir a imparcialidade e a eficiência nos contratos celebrados com a Administração Pública.

Posicionamento:

Destacamos a importância de melhorar o ambiente de negócios em nosso estado, em relação à execução de contratos entre as empresas do comércio de bens e serviços de Roraima nas compras governamentais. Dessa maneira, as empresas ampliam as ofertas de empregos e valorizam a mão de obra local. Sugerimos o incentivo à geração de novos negócios e ao aumento da contratação de mão de obra local, bem como estimular a desburocratização e inserir políticas internas no governo; e incentivar e fomentar a participação das empresas do comércio de bens e serviços de Roraima nas compras governamentais, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Turismo

Contextualização:

O turismo é capaz de produzir um respeitável impacto na economia local. É um meio de redistribuir renda, captar divisas, gerar novos empregos, incrementar outros setores econômicos, aumentar a arrecadação fiscal, promover o desenvolvimento regional e motivar novos investimentos com benefícios sociais.

Posicionamento:

Entendemos que o turismo é uma atividade que fortalece a movimentação de uma determinada localidade, por meio da circulação de visitantes. Com intuito de impactar a economia de Roraima, pensouse em incentivar a pesca esportiva no estado com ações que estimulem o turismo de maneira organizada, sustentável e educativa.

Tecnologia e inovação

Contextualização:

O turismo é capaz de produzir um respeitável impacto na economia local. É um meio de redistribuir renda, captar divisas, gerar novos empregos, incrementar outros setores econômicos, aumentar a arrecadação fiscal, promover o desenvolvimento regional e motivar novos investimentos com benefícios sociais.

Posicionamento:

- *Estimular a produção de conhecimento, a sistematização e o compartilhamento de informação com os stakeholders (poder público, trade turístico e academia), por meio de observatórios e/ou câmaras temáticas, exclusivos e permanentes.*
- *Incorporar o uso de dados e da tecnologia associada a sua coleta, tratamento, análise e divulgação, para planejamento e monitoramento da atividade turística, prevendo a padronização e a continuidade de pesquisas do setor.*
- *Promover um ambiente político, econômico e institucional que estimule investimentos que se beneficiem de incentivos à inovação tecnológica, previstos na Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.*
- *Implantar o Observatório do Turismo, com a finalidade da criação de uma base sólida de informações para o monitoramento estratégico e sistemático da atividade turística no Estado de Roraima.*
- *Incentivar a qualificação, a capacitação profissional e a formação contínua para população local, trade turístico e gestores públicos.*
- *Qualificar a população local e o trade turístico em temas complementares à atividade de turismo, com a participação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), fomentando a qualificação e a profissionalização, como atendimento, idiomas, sustentabilidade, inclusão e acessibilidade, inovação e tecnologia e o papel do turismo na economia estadual.*

